

Seminário O Sector Cultural e Criativo - A Agenda de Lisboa
Lisboa, 31 de Outubro de 2007

1ª Sessão – *Uma agenda de investigação para a cultura – estatísticas e indicadores*
José Soares Neves (OAC)

Estatísticas culturais ou criativas? Sobre o difícil equilíbrio entre conceitos, políticas e recursos

Comunicação

Hoje, mais do que nunca, reconhece-se a necessidade de desenvolver novos e mais eficientes instrumentos de acompanhamento e avaliação das políticas culturais. Nesta comunicação abordarei, tendo em conta os planos nacional e europeu, três tópicos que me parecem intimamente relacionados na definição de uma agenda de produção de informação estatística oficial:

1. A importância do trabalho conceptual e metodológico e sua continuidade;
2. O aprofundamento do diálogo entre agentes políticos e investigadores com vista a uma crescente aproximação entre a agenda política e a agenda de produção de informação estatística;
3. A articulação entre os objectivos a alcançar e os recursos a mobilizar para suprir as reconhecidas necessidades de informação estatística do sector cultural.

Para tal terei em conta alguns dos documentos oficiais produzidos no âmbito europeu e a minha experiência enquanto investigador do Observatório das Actividades Culturais.

1. Questões metodológicas e conceptuais

Entrando no primeiro tópico, parece-me oportuno lembrar que, ao longo de cerca de 10 anos, foi realizado um trabalho visando a harmonização das estatísticas *culturais* na Europa.

A cronologia desses dez anos é conhecida mas gostaria de fazer uma breve síntese, com algumas referências ao trabalho realizado em Portugal.

Como sabemos, em 1995 foi adoptada uma resolução do Conselho para o desenvolvimento de estatísticas sobre “cultura e crescimento económico”. Dois anos depois, em 1997, foi criado o *LEG Leadership group on cultural statistics in Europe* com vista à construção de um “sistema de informação coerente e comparável capaz de contribuir para um melhor conhecimento das ligações entre a cultura e o desenvolvimento socio-económico dos Estados membros” (Eurostat/F/07/DSS/11/2.5/EN: 1).

Dois anos e meio depois, em 2000, o LEG apresentou o relatório final. No Observatório das Actividades Culturais recebemos com grande interesse este relatório. Tínhamos finalmente uma referência de trabalho, a nível europeu, que ainda por cima actualizava a “velha” grelha de estatísticas culturais (*Framework for Cultural Statistics*) da UNESCO, datada de 1986, que vinha sendo utilizada desde a fundação do Observatório em 1996 mas que mostrava claros sinais de desadequação, em particular pela evolução entretanto verificada ao nível dos domínios culturais.

Na altura, um dos projectos em curso, realizado no Observatório por encomenda do Instituto Português de Museus e em articulação com o Instituto Nacional de Estatística, era o *Inquérito aos Museus em Portugal* (Santos e Neves, 2000), o primeiro inquérito realizado no país à escala nacional nesse domínio. Uma das preocupações que então nos guiou foi assegurar a comparação com o trabalho do LEG ao nível da tipologia dos museus e dos indicadores a construir. Ao longo do trabalho realizado neste domínio, o qual envolveu as três entidades que referi e, mais recentemente, também envolve o Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura do Conselho Superior de Estatística, procurámos sempre ter em conta as conclusões do LEG bem como os desenvolvimentos proposto pelo Egmus (*European Group on Museum Statistics*), embora mantendo sempre o sentido crítico e o primado da descrição da realidade nacional.

Ou seja, tendo a noção do carácter não vinculativo desses trabalhos e apesar de se saber que o relatório do LEG era ainda uma primeira síntese, procurámos não descurar esses contributos nas pesquisas realizadas no âmbito do Observatório e na modernização das estatísticas nacionais da cultura.

Seguimos igualmente com grande interesse os desenvolvimentos das 3 *task forces*, cujas áreas (emprego cultural; financiamento e despesa com cultura; e participação cultural) eram também uma preocupação nossa e cujos relatórios finais datam de 2004.

Serve o que fica dito para destacar dois aspectos: um, a longa duração do trabalho metodológico com vista à harmonização de algumas das estatísticas culturais na Europa, até há bem pouco tempo sem tradução na produção de dados, se se excluir o emprego cultural (primeiros dados em 2004); o outro aspecto refere-se ao significado muito positivo atribuído a este trabalho metodológico, pelo menos em Portugal e por parte do Observatório.

Mas, retomando o fio cronológico, o que se constatou desde 2004 foi que as conclusões das 3 *task forces* não pareceram ter logrado os seus objectivos, adiantando-se num dos documentos do Eurostat que "não foi possível implementar um processo sustentado de desenvolvimento e produção de estatísticas da cultura por falta de recursos" (Eurostat, 2007b: 3).

O facto de a preocupação com as estatísticas culturais ser relativamente recente, o princípio da subsidiariedade, o crescente número de países membros, os diferentes desenvolvimentos nacionais nesta matéria e a grande dificuldade de adequar os principais instrumentos já existentes para dar conta do sector cultural podem ser referidos como alguns dos factores explicativos quer da duração dos trabalhos quer da sua interrupção a partir de 2004. Mas não para a falta de recursos.

Entretanto, quando se esperavam resultados efectivos em termos de estatísticas culturais europeias, emergiu e generalizou-se o conceito de sector *criativo*. Com o relatório *The Economy of Culture in Europe*, (AAVV, 2006), este conceito trouxe maior visibilidade ao peso económico da cultura e ao mesmo tempo evidenciou a existência de diferentes concepções e orientações políticas sobre qual a perspectiva prevalecente – o cultural ou o criativo. Concepções e orientações políticas com implicações, como não pode deixar de ser, nos respectivos sistemas de produção de informação, o que ajuda a explicar, porventura, as dificuldades de harmonização das estatísticas europeias.

Harmonização, contudo, indispensável, a necessitar de recursos e de tempo para se alcançarem resultados fiáveis, como se refere no documento do Eurostat *Cultural Statistics in Europe. An Overview* (Eurostat, 2007a: 1), o que, aliás, facilmente se compreende.

De facto, apenas no preciso momento em que decorre este seminário temos acesso a um conjunto alargado de estatísticas culturais, 12 anos depois do início do processo (*Cultural statistics: 2007 edition*).

Possivelmente os próximos desenvolvimentos serão mais rápidos, até porque as exigências de informação estatística estão hoje muito mais presentes, mas também se alargou o leque de domínios a considerar, pelo que esses desenvolvimentos serão, possivelmente, ainda considerados insuficientes durante algum tempo.

2. Articulação entre políticas públicas e produção de estatísticas

E passo ao meu segundo tópico. Que articulação entre políticas públicas e produção de estatísticas? De acordo com os vários documentos oficiais, o clima parece ser hoje mais favorável a esta articulação do que antes. Parece estar hoje mais presente entre os responsáveis políticos a necessidade de fazer acompanhar a formulação e execução das políticas de instrumentos e de dados fiáveis, ao mesmo tempo que parecem existir melhores condições de resposta às solicitações por parte dos institutos de investigação e dos sistemas nacionais e europeu de estatística. Parece também ganhar terreno a consciência de que é necessária tanto a colaboração dos institutos nacionais como uma coordenação por parte do organismo europeu de estatísticas. Contudo, é bem sabido que o tempo político e o tempo da montagem dos sistemas de produção de informação nem sempre coincidem, facto que exige um maior diálogo entre ambos os intervenientes de modo a tornar mais eficaz a acção de uns e de outros.

A questão sector cultural *versus* sector criativo ilustra bem, a meu ver, esta exigência. Por um lado, é verdade que há perspectivas nacionais diferentes a este nível. Por outro lado, será igualmente verdade que este relatório veio dar novo fôlego à percepção dos europeus sobre a dimensão económica da cultura por via do conceito de sector criativo. É verdade ainda que se trata de um conceito que, em alguma medida, não tem sido devidamente considerado na noção de cultura, e portanto entende-se a ênfase que nele vem sendo colocada nos discursos políticos, em particular tendo em conta que a criatividade é um constituinte fulcral da estratégia de Lisboa. Porém, também não é

menos verdade que, do ponto de vista da produção de estatísticas oficiais, as suas implicações são enormes.

Basta reparar que ainda não se alcançou uma cobertura estatística suficiente dos domínios culturais e que as questões relativas aos direitos de propriedade intelectual (centrais na definição de indústrias criativas) está longe de uma abordagem minimamente satisfatória em termos de dados estatísticos.

No fundo a opção de abandonar a linha das estatísticas culturais e enveredar pelas indústrias criativas poderia traduzir-se por pôr de lado mais de uma década de trabalho e passar mais alguns, previsivelmente muitos anos, a preparar as condições para a harmonização das estatísticas *criativas*.

Penso que o caminho mais adequado estará, portanto, em consolidar o que já está feito em termos de estatísticas culturais, não deixando de dar passos no sentido de vir a responder (do ponto de vista das estatísticas oficiais) às diferentes perspectivas e às orientações que, no seio da União Europeia, vão ganhando novo e mais relevante peso.

3. Agenda de pesquisa e recursos a mobilizar

O que vem colocar a questão da relação entre a agenda de desenvolvimento das estatísticas e os indispensáveis recursos a mobilizar, tanto no plano europeu como nacional. Entro assim no terceiro e último tópico que pretendo abordar.

Foi clarificado recentemente pelo Eurostat que os próximos desenvolvimentos – cujo horizonte temporal proposto é de 2 anos, seguido de uma avaliação – devem ter em conta o trabalho já realizado, em particular a definição de cultura, sendo de iniciar, por outro lado, a cobertura de novos domínios (e. g. indústrias criativas), e a procura de respostas às necessidades de informação no tocante a prioridades políticas como a *diversidade cultural* e a *dimensão externa da União Europeia* (Eurostat/F/07/DSS/11/2.5/EN: p. 6). Neste sentido, uma parte das opções parece estar já tomada.

Claro que esses próximos desenvolvimentos devem basear-se nos “projectos já em curso e, tanto quanto possível, nas fontes administrativas”. Esse é um princípio que pode tornar mais eficaz a produção de informação com um mínimo de sobrecarga para os inquiridos.

Mas importa não esquecer as muitas lacunas existentes na abordagem do sector cultural (mesmo que não consideremos o conceito de sector criativo), tanto no plano europeu como no plano de vários dos Estados membros, entre eles Portugal.

Por isso, uma agenda que vise planear a futura produção estatística deverá equacionar, num horizonte temporal alargado, alguns aspectos, entre os quais destacaria:

- a continuação do trabalho de harmonização dos inquéritos do sector cultural ou com informação relevante para o sector cultural;
- o desenvolvimento das estatísticas culturais abrangendo todos os domínios já considerados;
- o alargamento a outros domínios, designadamente os considerados como actividades criativas;
- a importância de não descurar os impactos das actividades culturais junto dos públicos;
- e um esforço de procura de adequação de outras áreas de informação estatística às necessidades do sector cultural, como por exemplo as despesas públicas com cultura, ou o apuramento de informação relativamente às Pequenas e Médias Empresas, dominantes tanto no sector cultural como no sector criativo.

Ou seja, não parece razoável pensar que os problemas das estatísticas culturais oficiais sejam colmatados satisfatoriamente apenas com os instrumentos já existentes nem que as lacunas sejam resolúveis apenas através das fontes administrativas. Justamente porque é um sector relativamente recente, os instrumentos não estão adequados a as fontes escasseiam, pelo que há um longo caminho a percorrer. Por isso, temo mesmo que, em alguns casos, a defesa excessiva do recurso àquelas fontes se traduza na resposta às necessidades de informação dos decisores políticos e demais interessados nas estatísticas oficiais.

Através do “método aberto de coordenação” (*open method of coordination*) – que está também na base do funcionamento do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura português a que, como representante do Observatório das Actividades Culturais, actualmente presidido – importa procurar envolver, no plano nacional, os vários interessados nas estatísticas oficiais, a começar pelos responsáveis políticos e pelos

peritos, mas também os representantes da sociedade civil, num esforço que deverá alargar-se ao plano europeu, sem esquecer a importância de uma coordenação europeia. Ora, tudo isto exige disponibilização de recursos, que importa assumir, sob pena de muitas das iniciativas verem diminuído o seu alcance e os seus resultados práticos.

Neste processo, estou certo que os diversos Estados membros não deixarão de reconhecer a importância da produção de estatísticas culturais oficiais e com certeza olharão para os recursos a disponibilizar não como mais uma despesa, mas como um indispensável investimento.

Muito obrigado.

Bibliografia citada

AAVV (2006), "The Economy of Culture in Europe", Bruxelas, KEA, 355 pp.

EUROSTAT (2007a), "Cultural statistics in Europe: An overview".

Eurostat (2007b), "Point 2.5: Culture Statistics - Current situation and future perspectives", 19 pp.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e NEVES, José Soares (2000), *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, MC/IPM.